

# Produção terá ministério

■ Pasta que une indústria e agricultura compõe plano amplo de redesenho do governo

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA – A criação de um ministério para coordenar a produção nacional, anunciada ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, faz parte de um amplo projeto destinado a redesenhar a estrutura do governo para o segundo mandato. Fernando Henrique não quer que sua recondução à presidência fique associada a uma idéia de continuísmo, disse um ministro. O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, é um dos nomes citados por integrantes do governo e parlamentares aliados para assumir a nova pasta.

“Vou criar um ministério para fazer a coordenação da produção nacional, para definir os investimentos necessários no setor industrial, de serviços e agrícola. Esse ministério fará uma coordenação maior e mais afetiva com aqueles que tomam a decisão na produção”, anunciou o presidente, em pronunciamento ontem no Palácio da Alvorada. O Ministério da Produção deve suceder às atuais pastas da Agricultura e da Indústria e Comércio e poderá ter como seu braço financeiro o BNDES, que nos úl-

timos quatro anos direcionou sua carteira de crédito para a modernização do sistema produtivo do país.

Com a redução dos investimentos externos, o aumento da eficiência e da competitividade da produção é fundamental para que o Brasil amplie as exportações.

**Redesenho** – Embora não tenha tratado da estrutura administrativa, o programa de governo para o segundo mandato sugere mudanças no organograma, que estão sendo concebidas sob a coordenação do chefe da Casa Civil, ministro Clóvis Carvalho. Carvalho recebeu a responsabilidade de coordenar o processo de transição do primeiro para o segundo mandato.

O Palácio do Planalto também vai passar por mudanças para tornar sua estrutura mais ágil, se desvencilhando de ministérios extraordinários, secretarias, agências, comissões e câmaras que foram sendo agregados a seu organograma nos últimos quatro anos. O Ministério da Defesa, que sucederá os ministérios militares, deverá absorver a Secretaria de Assuntos Estratégicos, a Agência Brasileira de Inteligência, a Secretaria Antidrogas, a Agência Espacial Brasileira e a Co-

missão de Energia Nuclear. A Secretaria de Comunicação deve ser extinta, separando-se as funções de porta-voz e de gerência da publicidade oficial.

Uma proposta que ganha cada vez mais força no governo é a criação de um Ministério de Desenvolvimento Urbano que teria como tarefa definir políticas para resolver os problemas de saneamento, habitação e transporte coletivo de massa nas grandes concentrações urbanas do país. A Caixa Econômica Federal, que administra os recursos do FGTS, grande parte deles utilizado para financiar obras de saneamento e a construção de casas, ficaria subordinada a nova pasta. Um integrante do governo informou que neste novo desenho, a Caixa será mais ofensiva em seu papel social e deixará de entesourar suas disponibilidades para servir de suporte financeiro a atual política econômica, baseada no ingresso de capitais externos.

**Engavetadas** – Os assessores do presidente informam que duas propostas foram praticamente abandonadas para o segundo mandato: a criação do Ministério da Infra-estrutura e a transferência do Ensino Superior à administração do ministério da Ciên-

cia e Tecnologia. A pasta da Infra-estrutura sucederia os ministérios das Comunicações, Transportes e Minas e Energia. Por não ter sido criada ainda a agência reguladora do setor de transportes e nem ter sido concluído o processo de privatização e concessões nos setores de transporte e de energia, a implementação do novo ministério terá de ser adiada.

No caso da transferência do Ensino Superior para Ciência e Tecnologia, os integrantes do governo chegaram à conclusão de que esta fórmula poderia sufocar o setor científico-tecnológico e levar à criação involuntária de um ministério para as universidades.

O Ministério das Reformas Institucionais, criado por imposição do PFL, está com os seus dias contados. Segundo assessores, ao definir como prioridade a conclusão do processo de reformas, o presidente assumirá diretamente o comando do processo e, portanto, o ministério ficaria resumido a uma peça decorativa. Mesmo esvaziada, a pasta poderá sobreviver até julho do ano que vem, quando os líderes aliados estimam que estará concluída a votação das reformas.